



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 3/2021

SESSÃO Ordinária

Sessão realizada no dia 30 de abril de 2021, no Centro de Artes do Município de Sines

Presenças dos membros da Assembleia Municipal -----

Presidente: Idalino Sabido José (PS), -----

1ª Secretária: Paula Luísa Macedo da Silva Augusto Pereira (PS) -----

2º Secretário Artur Licínio de Oliveira Martins (PS) -----

Tiago Jorge Guerreiro Santos (PS) -----

Liliana Sofia Fernandes Duarte (PS) -----

Sónia Margarida Silva Santos (PS) -----

Bernardo Ferreira de Brito (PS) -----

Maria Fernanda Oliveira Raposo (PS) substituída por Edgar Filipe Jesus Almeida -----

Ricardo Bruno da Silva Baltazar (PS) -----

Sidónio Francisco Rosa Salgado (PS) -----

Rita Sofia Raposo Camacho (PS) substituída por Paula Rodrigues Cristina Peres Gamito

Helena Cristina Nobre de Jesus (PS) substituída por Venceslau Cacilhas -----

Paulo Alexandre Ferrarias Correia (PS) substituído por Cláudio Filipe Contreiras Amador ----

Renato José Fernandes Penas (CDU) -----

Carlos Alberto do Carmo Espadinha (CDU) -----

António Francisco Almeida Roberto (CDU) -----

Carlos Alberto Guerreiro Murta (Mov. Sim) -----

José da Silva Raposo (Mov. Sim) -----

Rodrigo Marques Costa (Mov. Sim) -----

Joaquim António Lopes Serrão (PS) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Presenças da Câmara Municipal de Sines: -----

Presidente: Nuno José Gonçalves Mascarenhas -----

Vereador: Fernando Miguel Ramos -----

Vereador: José Manuel Guerreiro Arsénio -----

Vereadora: Filipa Marta Torres Faria -----

Vereadora: Paula Cristina de Brito Valeira Plácido Ledo -----

Vereador: Paulo José da Conceição Beliche -----

Ausências da Assembleia Municipal de Sines -----

Ana Isa Plácido Correia (CDU) -----

José Manuel Vilhena Charnequinho (Mov. Sim) -----

Cláudio Filipe dos Santos Coroas Rosa (PS) -----

Ausências da Câmara Municipal de Sines -----

Vereador: Hélder Alexandre Gil Guerreiro -----

Eram vinte e uma horas e dezanove minutos quando o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, deu início à ordem de trabalhos da sessão ordinária de trinta de abril de dois mil e vinte e um. -----

A - Período Antes da ordem do dia -----

Neste ponto o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se há alguma questão que queiram ver abordada neste ponto”. Depois dá a palavra aos mesmos. -----

O deputado **António Roberto** explica que os eleitos da CDU querem apresentar uma saudação ao Primeiro de Maio, Dia Mundial do Trabalhador, com o seguinte teor:-----

- “Os eleitos da CDU saúdam todos os trabalhadores do concelho de Sines e particularmente os que neste momento estão desempregados. Aproveitamos também o momento e esta ocasião para convidar todos os presentes a comparecerem amanhã, às dez horas, no jardim das Descobertas.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O deputado **José Raposo** refere que “são duas questões que queria apresentar. A primeira refere-se aos transportes urbanos e à falta de apoio nos apeadeiros, ou seja, no local onde param os autocarros não há qualquer proteção aos utentes dos transportes, nomeadamente um banco, ou qualquer outro sistema que os possa proteger das intempéries. Gostava também de saber quais foram os impedimentos que nos levaram a bandeira azul da praia Vasco da Gama.” -----

O deputado **Ricardo Baltazar** refere que “aqui há umas assembleias atrás, nós falámos sobre a atribuição de um suplemento de insalubridade. Eu gostava de perguntar ao senhor Presidente da Câmara, em que ponto é que estamos na atribuição desse suplemento?” -----

O deputado **Carlos Murta** diz que “anualmente é feito um corte de vegetação, nomeadamente nos passeios da ZIL 2. Neste momento a situação está um bocado complicada, existe vegetação por cima de tudo quanto é passeios. Eu penso que está na altura de dar um jeito e limpar toda essa zona, que é importante. Inclusivamente houve períodos em que houve uma série de ratos, era uma quantidade de ratos que tomou conta inclusivamente dos armazéns que lá existem, e naturalmente, produto de toda esta lixeira. É isso fundamentalmente. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. -----

“Relativamente às questões colocadas, em primeiro lugar a proposta do deputado **António Roberto**, embora não tenha sido nenhuma interpelação à Câmara, de qualquer forma acho que a própria Câmara se associa a essa saudação, uma vez que é da mais elementar justiça que o faça. -----

Deputado **José Raposo**, transportes urbanos e apeadeiros. De facto, os transportes urbanos, e refiro-me concretamente à questão dos autocarros, tem tido aqui um problema. Desde que a CIMAL se constituiu como autoridade de transportes, temos estado a tentar que se resolva o problema dos transportes urbanos de Sines, uma vez que era necessário, com a maior urgência, lançar o concurso. Eu próprio já tive várias reuniões com a autoridade nacional de transportes, para tentar desbloquear a situação. Esperamos que, rapidamente, essa solução esteja ultrapassada, de forma a podermos ter novas viaturas. O mesmo acontece com os apeadeiros. Temos várias propostas em cima da mesa, aliás, já há mais de um ano e meio que nós andamos neste processo, para protegemos as pessoas que utilizam os transportes urbanos. No entanto, com esta questão da pandemia, houve uma série de indefinições e não queríamos lançar um concurso sem ter a certeza exatamente daquilo que pretendíamos. Esperamos que até final do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

verão essa situação esteja resolvida e que tenhamos o concurso lançado. -----
Sobre a questão da bandeira azul. De facto, este ano, mantivemos o mesmo número de bandeiras, uma vez que conseguimos que finalmente a praia do Morgavel passasse a ter bandeira azul. A questão da praia Vasco da Gama. Já questionámos a APS sobre as razões que levaram a que este ano não fosse atribuída a bandeira azul. A situação é ainda mais estranha, porque o porto de recreio tem bandeira azul. Terá possivelmente a ver com a forma como as análises foram feitas. No entanto, pode ser de várias origens e é isso que precisamos de ter a certeza. Colocámos essa questão para que a informação nos fosse enviada. A APS questionou a bandeira azul, por forma a perceber exatamente o que é que aconteceu. Logo que tenha essa informação, naturalmente que a entregaremos aos senhores deputados. No entanto, parece-me que há aqui questões que nos ultrapassam, mas que gostávamos de ver esclarecidas, até porque aquilo é uma praia urbana que por vezes tem algumas escorrências da cidade, como todos sabemos, efluentes esses, nomeadamente os pluviais, que podem ir para a praia. Há também uma questão complicadíssima que é as gaivotas, que por vezes enchem a praia, mas isto terá a ver também com a forma como as análises foram colhidas, em que época do ano. Portanto, precisamos de ter esses dados todos para podermos esclarecer e tentar resolver este problema, para que no próximo ano possamos voltar a ter bandeira azul. Há, no entanto, uma questão que importa referir, nós temos feito um esforço enorme, aliás já vinha de anteriores executivos, para que todas as estações elevatórias tivessem telegestão, que é o que acontece agora. Rapidamente conseguimos saber se existe uma avaria e atuar de imediato. Para além disso, temos agendado para o próximo dia seis de maio a vinda de uma empresa espanhola especializada nesta área, que irá percorrer toda aquela parte do túnel, desde os penedos até lá abaixo, para tentar perceber o que é que se passa com essa área. -----
O deputado **Ricardo Baltazar**, atribuição do suplemento de insalubridade. De facto, já dei indicações para que o processo fosse despoletado, o vereador **Fernando Ramos** está a tratar desta questão e poderá acrescentar mais alguma coisa sobre o assunto. -----
O deputado **Carlos Murta**, a questão das ervas na ZIL 2. Nós, como sabem, adjudicámos o trabalho de limpeza destas ervas desde o ano passado a uma empresa. Portanto, são serviços que são prestados por uma empresa exterior, que já está neste momento na ZIL 2, tendo começado pela zona do Sines Tecnopolo. -----
O vereador da Câmara Municipal de Sines, **Fernando Ramos**, para complementar a informação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

sobre a atribuição do suplemento de insalubridade, diz que o município vai reunir em breve com os representantes dos trabalhadores, o STAL, e apresentar uma proposta. O suplemento que vier a ser decidido será aplicado aos trabalhadores com efeitos ao dia um de janeiro. Falta apurar algumas questões e os serviços estão já a elaborar o seu entendimento, para definir os níveis de risco, e penso que antes de junho teremos uma solução para este assunto. -----

Relativamente ao cemitério não se vai aplicar, porque pura e simplesmente, neste momento, temos uma empresa externa a desenvolver esse trabalho. -----

O deputado **António Roberto** diz que “há uns tempos atrás falou-se na questão de uma estação rodoviária e gostava de saber, mais ou menos, qual é o ponto da situação neste momento. -----

A outra questão, que eu considero que é importante para a nossa cidade, é o salão do povo. Sei que estava previsto fazer um projeto para melhor aproveitamento daquele espaço, pelo que gostava também de saber alguma coisa sobre esta questão”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, respondeu às questões colocadas pelo senhor deputado. -----

“Relativamente às duas questões colocadas pelo deputado **António Roberto**, a questão da estação rodoviária. De facto, nós estamos a desenvolver um projeto que está quase concluído. O projeto tinha sido realizado no âmbito de um estudo que tínhamos feito há alguns anos atrás, para considerar aquela zona da cidade junto à estação dos comboios como a estação da mobilidade, com o objetivo de congregar ali todos os transportes. -----

O objetivo não é ter ali um edifício para albergar os autocarros. A proposta que nós temos neste momento em cima da mesa é a construção de uma zona de proteção para as pessoas e para os autocarros, para poderem facilmente entrar e não terem problemas com chuva ou com intempérie, que seria construída na zona entre a estação dos comboios e o centro de saúde e depois, junto à estação, um ou dois módulos para que as pessoas possam adquirir os bilhetes. Inicialmente pensou-se que poderíamos utilizar a antiga estação dos comboios, mas uma vez que a estação tem um projeto e está a ser utilizada pela escola de artes, não quisemos pôr em causa a realização da obra por estar lá a escola. Não quer dizer que um dia mais tarde a estação não possa ser utilizada para esse fim. O projeto irá à reunião de Câmara para aprovação e depois será do conhecimento dos senhores deputados, numa das próximas reuniões. -----

Relativamente ao salão do povo, o projeto também está praticamente concluído, a última versão tinha uns pequenos problemas, que tinha a ver com o desnível entre o salão do povo e o outro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

pavilhão que ardeu aqui há uns anos, que estava numa cota mais elevada. Isso obrigava a que no meio, na zona onde está o atual palco, tivesse que haver um módulo um pouco mais alto, e sinceramente aquilo não fica muito apelativo. O projeto logo que esteja concluído irá a reunião de Câmara, para aprovação, para podermos preparar o concurso, uma vez que temos aqui também algum tempo, para não só realizar a obra de adaptação que está prevista para as pessoas do atual mercado municipal poderem passar para lá e depois dar sequência a esse trabalho e fazer então a requalificação daquele espaço, que é muito importante para a cidade”. -----

B - Assuntos da ordem do dia

Ponto 1: Apreciação e votação das atas da reunião da Assembleia Municipal de Sines realizada em 24-11-2020 e da reunião da Assembleia Municipal de Sines realizada em 21-12-2020. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta se algum deputado quer colocar alguma questão sobre a ata de 24-11-2020. -----

Uma vez que nenhum deputado quis intervir, a ata foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade com 11 votos a favor do PS, 2 do Movimento Sim e 2 da CDU. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta se algum deputado quer colocar alguma questão sobre a ata de 21-12-2020. -----

Uma vez que nenhum deputado quis intervir, a ata foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, com 12 votos a favor do PS, 3 do Movimento Sim e 2 da CDU. -----

Ponto 2: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, referente ao complexo a Adega no Monte de Carochinha, para reconhecimento como projeto de relevante interesse municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, explica que “o Monte da Carochinha, fica na zona da Sonega, no caminho para o interior, lado norte da Sonega, e eu peço ao senhor Presidente da Câmara para, se o entender, dar algum esclarecimento”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, dá explicações acerca do ponto em discussão e diz que “a Câmara aprovou uma intenção que considera este projeto de relevante interesse municipal. Obviamente que depois ainda terá que analisar os projetos que serão submetidos, mas este é um projeto diferenciador para o nosso concelho. O promotor tem a intenção não só de recorrer a um bom projetista, como também diversificar toda a oferta que a adega terá, com um conjunto de outras valências que considerámos ser de relevante interesse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

para o município”. -----

O deputado **Carlos Murta** pergunta “que interesse é que tem para o promotor considerar isto um projeto de interesse municipal? Será que irá ter algumas facilidades da parte do município? E caso tenha, que facilidades serão essas? É só esta a questão”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelo senhor deputado **Carlos Murta**. -----

“Bom, eu penso que sobretudo terá facilidades em termos de financiamentos comunitários. Por vezes nalguns programas a necessidade de ter essa declaração poderá fazer todo o sentido, de forma a que tenha uma percentagem de financiamento superior. É a única explicação que eu vejo, tendo em conta que este é um projeto importante para o concelho, para nós não existe qualquer dúvida a esse respeito, julgo que será essa a principal motivação”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à votação a proposta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 3: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, relativa à primeira alteração do mapa de pessoal para o ano de dois mil e vinte e um. ----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para prestar esclarecimentos acerca do ponto em discussão. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, explica que “este mapa tem cerca de mais dez assistentes operacionais”. -----

Para complementar a informação, o vereador da Câmara Municipal de Sines, **Fernando Ramos**, diz que “é a primeira vez, desde dois mil e treze, que propomos esta alteração e é por uma boa razão, é para recrutar mais. Estamos a abrir imensos concursos, a dar oportunidade que as pessoas voltem a ter o gosto por trabalhar no município. Talvez a questão da pandemia tenha ajudado a acelerar a renovação do quadro de pessoal, que é absolutamente necessária e o balanço social identificou muito bem esta fragilidade, o envelhecimento do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Sines e não queremos desperdiçar esta oportunidade.”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se pretendem intervir sobre este assunto. Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Ponto 4: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, relativa à prestação de contas individuais de dois mil e vinte. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para dar as explicações acerca deste ponto. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, afirma que “relativamente ao documento de prestação de contas, de facto o ano dois mil e vinte foi um ano atípico, por razões diversas, como naturalmente todos sabem. A Câmara viu-se obrigada a tomar um conjunto de medidas de combate à pandemia, que de facto tiveram o seu início em março, mas com aprovação em dois de abril na Câmara. Portanto, aprovámos um pacote de medidas que contemplavam não só a antecipação das transferências para as instituições, clubes, coletividades desportivas, recreativas, sociais, mas aprovámos também um conjunto de apoios para a aquisição de equipamentos de proteção individual, não só para as IPSS como também para o próprio hospital do litoral alentejano. Aprovámos um conjunto de isenções nas faturas da água, de saneamento, resíduos sólidos. Também suspendemos todos os processos de execução fiscal, algumas taxas que eram devidas pelos negócios que sofreram com esta pandemia. A isenção de pagamentos de juros de mora, a isenção de pagamento de rendas dos edifícios municipais, das atividades comerciais e ao longo do ano, fomos dando um conjunto de outros benefícios, até chegarmos ao final do ano com um conjunto de iniciativas e de aprovações que foram de enorme relevância em termos de famílias, de empresas e de instituições, e também relevantes porque acabaram por ter um impacto também significativo nas contas do município. -----

Relativamente aos apoios às famílias, as verbas representaram um valor superior aos quatrocentos e quarenta e dois mil euros, às empresas cerca de duzentos e vinte e cinco mil, às instituições, estamos a falar de apoios diretos, quinze mil e também despesas de combate à pandemia que a Câmara teve que fazer. Tudo isto somado, representa mais de um milhão e sessenta e oito mil euros, portanto um valor significativo para um município como o de Sines. Relativamente aos eixos principais que temos considerado em termos do plano de atividades e orçamentos: No crescimento económico, emprego, competitividade e internacionalização, destacar aqui dois ou três pontos que considero importantes, nomeadamente, as perspetivas de localização de futuros investimentos, como o hidrogénio e outros, embora a grande procura que o município de Sines tenha tido no último ano e pouco, tem sido de facto na área das energias, nomeadamente com centrais solares e fotovoltaicas, que estão num estado avançado de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

possibilidade de virem se localizar no concelho, embora sem nenhum projeto concreto, ainda em fase de licenciamento. A instalação do cabo submarino, que é algo que vai marcar claramente o futuro deste concelho e contribuir de forma significativa para que possam surgir aqui grandes investimentos na área digital, e também a criação do Sines TECH - Data Center Hub, uma área localizada na ZILS, gerida pela Aicep Global Parques, mas que tem como parceiros a Câmara Municipal e também a EllaLink, no sentido não só de trazer para Sines mais cabos submarinos, que possam criar aqui uma área vocacionada para este tipo de negócio, como também potenciar outros negócios. -----

Ainda dentro deste ponto, gostava de destacar também os investimentos que o município começou a fazer e os concursos que lançou, não só para alargar a área de acolhimento empresarial, neste caso a ZIL 2, como também o investimento superior a três milhões de euros, que vai fazer para requalificar a rua um e dois, que é absolutamente necessário para dar uma melhor qualidade a quem ali trabalha e também para as empresas que ali estão instaladas.

Na questão da comunidade, equilíbrio geracional e intergeracional, um conjunto de iniciativas que tomámos ao longo do ano, nomeadamente subsídio municipal ao arrendamento, que se iniciou pela primeira vez em dois mil e vinte. -----

Também um conjunto de iniciativas de promoção da saúde, muitas delas vocacionadas para a prevenção dos contágios Covid que realizámos ao longo do ano. Também adquirimos uma série de equipamentos, nomeadamente computadores, que a Câmara se disponibilizou em adquirir, em função das necessidades que as escolas nos deram. Neste último confinamento também fornecemos refeições aos alunos das escolas, sendo os funcionários da autarquia a entregarem em casa dos mesmos. No total, esta iniciativa disponibilizou cerca de seis mil refeições. -----

Na reabilitação urbana, de registar a conclusão da segunda fase de reabilitação do bairro Primeiro de Maio. -----

Foram ainda lançadas várias empreitadas ao longo do ano: A Travessa da Ti Carlota, que está a decorrer, uma segunda intervenção no bairro Soeiro Pereira Gomes, a repavimentação dos arruamentos da ZIL 2, a requalificação do bairro da Quinta dos Passarinhos que também está concluída. Foi também iniciada a construção do loteamento Sul Nascente, também do centro de dia de Porto Covo e a reabilitação da escola básica número dois. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Na valorização e preservação dos recursos naturais e do ambiente, várias iniciativas no âmbito da bandeira azul, entre as quais atividades prático-experimentais de educação e sensibilização ambiental em diversas praias, São Torpes, Vieirinha, Praia Grande, entre outras. -----

Em dois mil e vinte, o município voltou a ser distinguido com o galardão município mais a Sul do Alentejo, ou seja, foi o município que nesta região do Alentejo obteve uma melhor pontuação nas atividades de educação e sensibilização ambiental, associadas à bandeira azul, o que obviamente é importante. -----

Manteve-se também as atividades no âmbito do projeto Eco-Escolas, um programa internacional em que mais uma vez foi reconhecido o trabalho das escolas do concelho e também desenvolvido um conjunto de outras atividades no âmbito da educação ambiental para a sustentabilidade, que realizámos durante o ano. -----

No desenvolvimento de Sines como destino turístico, apesar do cancelamento de diversas iniciativas por razões óbvias, não só iniciativas culturais, como também desportivas, e com um forte impacto na economia local, procuramos pontualmente fazer algumas iniciativas de forma virtual, nomeadamente assinalando o período do FMM, aliás, foi gravado aqui no centro de artes e transmitido nas redes sociais, de forma a continuar a manter aquele espírito, que é importante, não é a mesma coisa mas obviamente queríamos registar esse momento. -----

O centro de artes também realizou um conjunto de exposições importantes, e do ponto de vista das praias tivemos também um conjunto de intervenções que consideramos fundamentais para esta dinâmica turística, nomeadamente com intervenções na Praia Grande de Porto Covo, que acabámos uma requalificação que não ficou exatamente como pretendíamos, aquilo era uma intervenção cujo projeto era da sociedade Polis, mas foi a Câmara a concretizar a obra. Já fizemos ver à sociedade Polis que não só a escolha de alguns materiais, como também a forma como eles foram colocados ou aplicados não foram as melhores, e como tal, a sociedade Polis está já a ultimar um projeto de forma a conseguir ultrapassar alguns dos problemas que tivemos nesta intervenção. Em São Torpes foi instalado um conjunto de passadiços, de forma a tornar aquela praia também acessível, o que é uma iniciativa excelente, tendo em conta as dificuldades que por vezes as pessoas com mobilidade reduzida têm. -----

Relativamente à gestão financeira, obviamente que o ano dois mil e vinte é um ano atípico. Qualquer comparação que se possa fazer com anos anteriores, naturalmente que serão sempre subjetivas. De qualquer forma, dar apenas aqui nota das despesas previstas e das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

comprometidas. Portanto, tivemos uma boa execução ao longo do ano. Também a taxa de execução da receita, se tivermos em consideração os últimos vinte anos, foi das mais elevadas de sempre. Aliás, pela primeira vez estivemos acima dos oitenta e cinco por cento, que é aquele nível de alerta, que por vezes os senhores deputados fazem referência e bem. -----
Relativamente ao endividamento, com todos os condicionalismos e restrições que tivemos, consegui diminuir, o que é naturalmente importante, conseguimos manter esta curva descendente, mas mais uma vez, como disse, é um ano atípico, como tal, não é fácil tirar conclusões do mesmo. Basicamente é isto que eu tinha a dizer”. -----
O deputado **Carlos Murta** diz que “ora pegando aí no último ponto referido pelo senhor Presidente, diz que a execução orçamental foi das maiores de sempre, com uma taxa superior a oitenta e cinco por cento. Eu relembro que o orçamento que foi aqui votado, contemplava um valor da ordem dos quarenta e sete milhões, cento e oito e quinhentos. Que o orçamento que está agora neste documento, tem qualquer coisa como trinta e um milhões. Se nós pegarmos no valor do orçamento inicial, de facto, a taxa de realização é pouco superior a cinquenta por cento, e é este valor, do meu ponto de vista, que deveria ser considerado, porque da forma como as contas são feitas, o senhor Presidente não põe aqui cem por cento, porque não quer. Bastava fazer orçamentos rectificativos, em cima de orçamentos rectificativos. Depois, existe uma coisa que é a dívida do município. A dívida do município é aquilo que o município deve, mas depois utiliza-se aqui um esquema que é o endividamento global, a dívida municipal, etc. Fazendo as contas de uma forma clara, aliás os valores estão aqui, nós chegamos à conclusão que a dívida do município, neste momento, é muito perto dos dezassete milhões de euros, e isso é fácil de ver. Por exemplo, diz que o município em dois mil e vinte teve uma redução de dois milhões e seiscentos mil euros. Depois, não é contabilizado como dívida o empréstimo de três milhões e seiscentos euros. Eu pergunto então, mas que raio de contas são estas? Eu pessoalmente não entendo, porque a dívida deve ser, no meu ponto de vista, toda considerada. É claro que depois há aqui jogos com números e etc, e depois chega-se à conclusão, olha afinal o empréstimo de três milhões e seiscentos mil euros, entrou para cobrir dívida, mas depois não entra como dívida. Há aqui qualquer coisa que eu pessoalmente não entendo. Penso que estes valores deviam estar muito mais claros, porque nomeadamente aqui na página vinte, diz o seguinte: «A dívida engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, relevando ainda para efeitos deste cálculo, os valores referentes às entidades participadas». Eu penso que isto é claro, dívida é aquilo que, de facto, o município deve. Depois, logo mais abaixo, diz: «No entanto, para efeitos de apuramento de dívida total dos Municípios não é considerado o valor dos empréstimos destinados a tal, tal, tal». De facto, não se entende. Eu pessoalmente gostaria de ver um dia estas contas esclarecidas”. -----

O deputado **Renato Penas** diz que “relativamente ao balanço das contas individuais de dois mil e vinte, que revelam o seguimento do orçamento, mesmo com algumas oscilações, e não têm conseguido chegar à população na sua plenitude. Não realçamos só os fatores negativos, também temos que dizer que a nível do apoio às famílias, empresas, instituições, durante a pandemia, existiram aqui alguns apoios que nós realçamos como bastante positivos, mas acaba por ser um concelho que a nível de obras, ao longo de todo o ano, parece que está sucessivamente adiado. Todas ou quase todas as suas obras, parece que vão sendo adiadas sucessivamente ao longo do ano e demonstram a quem nos visita, que Sines parece um pequeno estaleiro. É mais neste seguimento da política executada durante dois mil e vinte, agora refletida nestas contas, que a CDU vai votar contra este balanço, mesmo a nível cultural em pandemia, porque a pandemia não pode servir de desculpa para tudo. Era possível fazer mais em pandemia, era possível chegar mais perto da população em pequenas obras, em pequenos arranjos da nossa cidade, e é mais por este não chegar na proximidade à população que a CDU vai votar contra este ponto da ordem de trabalhos”. -----

O deputado **Tiago Santos** diz que “analisámos os documentos relativos ao exercício da Câmara Municipal de Sines para o ano dois mil e vinte, mas importa em primeiro lugar lembrar que em março de dois mil e vinte o mundo foi apanhado de surpresa e parou por causa da Covid-19, pela falta de respostas, algo que era para todos desconhecido, obrigando a reorganizar, a readaptar toda uma planificação, não uma, mas várias vezes ao longo do ano. Esta situação teve efeitos nefastos para todos, é certo, e Sines não foi exceção. O orçamento aprovado por esta Assembleia, foi posto em causa. As dificuldades impostas pela pandemia e o seu impacto na gestão corrente da Câmara, não pode ser esquecido, muito menos os custos acrescidos e extraordinários que a mesma ditou, mas impunha-se esta atuação excecional da Câmara, de forma a diminuir os efeitos desta pandemia e assim alargar os horizontes de esperança dos nossos concidadãos. -----



Almi

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Contabilizando somente os impactos financeiros diretos com o combate à pandemia, com o apoio prestado às famílias, apoio às empresas e o apoio às instituições, constatamos um impacto superior a um milhão de euros. Porém, como podemos comprovar pelo relatório aqui apresentado, ou quando passeamos pelo nosso concelho, foi possível não só cumprir as obrigações financeiras, como também se manteve o investimento no concelho. Importa por isso destacar o período de efetiva solidez financeira que vivemos, a qual permitiu que mesmo enfrentando uma pandemia fosse possível corresponder às exigências do momento, continuar a desenvolver o concelho e ainda prestar apoio àqueles que mais foram afetados pela crise, e isto, temos que reconhecer, só foi possível alicerçado numa gestão eficaz e extremamente eficiente. A comprovar este facto destaco, entre as diversas atividades e intervenções ocorridas em dois mil e vinte, as seguintes: -----

Iniciou-se a atribuição do subsídio municipal de arrendamento, a conclusão da segunda fase de reabilitação do bairro Primeiro de Maio, iniciou-se a construção do centro de dia de Porto Covo, a reabilitação da escola básica número dois, a requalificação do bairro Soeiro Pereira Gomes, a requalificação do bairro da Quinta dos Passarinhos, a requalificação dos arruamentos da ZIL 2. Qualificaram-se os acessos às praias de Sines, só para citar algumas; a praia Grande de Porto Covo, com a conclusão da requalificação da escadaria existente; São Torpes, com a instalação de uma estrutura de passadiços entre o parque de estacionamento e a praia e a colocação de uma passadeira amovível, tornando-a efetivamente uma praia acessível a todos. -----

Maior destaque têm estas iniciativas, quando analisadas tendo em consideração o seu impacto na gestão financeira. Por isso, não podemos deixar de mencionar os resultados alcançados, tais como: -----

- A redução total do passivo, uma diminuição de um ponto cinco milhões de euros; -----
- A diminuição do endividamento. O endividamento em dois mil e vinte teve uma diminuição de dois ponto seis milhões, face a dois mil e dezanove; -----
- A redução do prazo médio de pagamentos, passando a ser de sessenta e três dias em dois mil e vinte, uma redução de dezassete dias comparativamente a dois mil e dezanove. -----
- E o culminar. O resultado líquido do exercício positivo! perto dos três milhões. -----

Para concluir, não podia terminar a intervenção sem enaltecer o exemplar comportamento dos serviços camarários. Exemplo disso foi a capacidade de manter o fornecimento de refeições escolares aos alunos de escalões um e dois da ação social escolar, durante todo o período de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Covid-19, pelo que manifesto um enorme sentimento de gratidão a todos os profissionais da autarquia que, diariamente e de forma incansável, asseguraram e têm assegurado a capacidade de resposta às necessidades excecionais que a situação da pandemia especialmente impôs. A eles, especial o nosso obrigado”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. -----

“Relativamente à prestação de contas e às observações colocadas pelo deputado **Carlos Murta**. Bom, eu obviamente apesar das considerações que o senhor deputado fez, o valor que devia ser considerado e que estes valores deviam estar mais claros. Obviamente que nós consideramos que o trabalho que está aqui, foi um trabalho que foi feito pelos técnicos da Câmara, de facto tem uma qualidade muito boa, aliás como vem sendo hábito ao longo dos últimos anos, e, naturalmente, não pomos em causa as contas, porque as contas são o que são e são feitas de acordo com a lei e com as regras que existem. O senhor deputado ainda não percebeu que, tal como existe no privado, há empresas, há participadas, e naturalmente existe uma empresa mãe, que naturalmente terá que ter nas suas contas todas as empresas. Aqui há um momento em que aprovamos as contas na Câmara e na Assembleia Municipal e depois existe um segundo momento, em junho, onde são aprovadas as contas, diria consolidadas, de todas as outras associações que pertencem à área da gestão da Câmara. Portanto, são coisas distintas, mas não vale a pena continuar a insistir na mesma questão, porque é difícil tentar explicar isso ao senhor deputado. Há também aqui questões que têm a ver com a forma como as mesmas são feitas. Naturalmente que aquilo que é feito neste relatório de contas, é de acordo com a lei. Portanto se a lei diz que é possível fazer alterações ao orçamento, nós fazemos, e é uma forma correta, atualizar o orçamento em função daquilo que é a realidade em cada momento. Naturalmente não podemos fazer um orçamento zero, porque se o pudéssemos fazer, já o tínhamos feito em dois mil e treze, chegávamos aqui e dizíamos que a dívida é zero e agora estávamos com, não diria lucros, mas com valores muito interessantes, mas isso não é possível. -----

Quando refere que se utiliza um esquema para chegar a uma conclusão de que aquela é a dívida, eu sinceramente não sei o que é que quer dizer com isto e custa-me um pouco ouvir palavras de alguém que tem responsabilidades políticas aqui no concelho, com este tipo de afirmações ou de conclusões, que naturalmente não compreendo. -----

Há aqui uma questão que também vem na lei e faz parte dos manuais, e até porque o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

deputado tem muitos anos disto, em perceber o que é a dívida do que é o endividamento, são coisas distintas, e também faz uma confusão relativamente a esse respeito, mas curiosamente hoje não citou o relatório da ROC, que eu estava à espera que o fizesse, mas desta vez sou eu que vou citar. A ROC diz no seu relatório que «a reserva apresentada em anos anteriores, quanto ao facto de não podermos apreciar as deliberações tomadas em reuniões de Câmara pelo executivo e órgão deliberativo, uma vez que não eram disponibilizadas algumas atas, encontram-se superadas, com a recuperação de anos anteriores e atualização de uma análise corrente. O município cumpre os limites em relação à dívida total, apurando um valor de dez ponto cinco milhões de euros, o que compara com os treze ponto dois milhões de dois mil e dezanove». Portanto, não sou eu que estou a dizer, é a revisora oficial de contas. -----

A execução da receita atingiu um grau superior a oitenta e cinco por cento, particularmente neste exercício, o que é naturalmente importante, e também é a ROC que diz «que durante o ano dois mil e vinte, não se aplica a regra do equilíbrio orçamental, pelo que o compromisso se encontra dentro do que a lei prevê para o ano dois mil e vinte», e refiro concretamente o empréstimo que foi contraído no valor de três ponto cinco milhões de euros, para substituição do acordo de regularização de dívidas, ou seja, uma despesa corrente. -----

A ROC refere ainda que «o município conseguiu dar cumprimento à redução dos pagamentos em atraso». Portanto, de acordo com o revisor oficial de contas, diria que a análise é substancialmente diferente daquela que fez o senhor deputado **Carlos Murta**. -----

Relativamente ao deputado **Renato Penas**, obviamente que aprecio os elogios que fez à gestão por parte desta maioria. Já não posso elogiar os reparos e as críticas que fez, mas recordava que relativamente às obras de proximidade, eu tenho sempre dificuldade em perceber o que é que nós consideramos obras de proximidade. Será uma obra que é feita por necessidade das pessoas, junto às pessoas? Ou será que é uma pequena obra? Há aqui de facto várias interpretações, mas devo dizer que as intervenções das praias, como já foi referido, é uma obra importante. A intervenção no bairro Primeiro de Maio, é uma obra de proximidade. A intervenção na Quinta dos Passarinhos, é uma obra de proximidade. A intervenção no bairro Soeiro Pereira Gomes, é uma obra de proximidade, ou seja, há aqui um conjunto de intervenções importantes que foram sendo realizadas ao longo do ano, umas que ainda não estão concluídas, como por exemplo a Travessa da Ti Carlota, que é uma obra de proximidade, para permitir não só fechar o estádio municipal, como também dar às crianças uma zona pedonal mais fácil de acesso às escolas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Portanto, há um conjunto de intervenções que são importantes. Ainda há pouco concluímos a estrada da Ribeira dos Moinhos, que eu também acho que é uma obra de proximidade, porque facilita a vida das pessoas, de quem ali vive e constantemente tem que fazer aquela via. Portanto, há aqui exemplos claros de obras que são importantes e que refletem de facto a nossa preocupação em melhorar a vida das pessoas e da própria atividade gerada em torno dessas áreas que são extremamente importantes”. -----

O deputado **Carlos Murta** diz que “relativamente àquilo que o senhor Presidente afirmou, o que lhe posso dizer é que ainda sei fazer contas e sei distinguir perfeitamente o que é que é dívida e o que não é dívida! Agora, tentar jogar com os números de forma a que sejam apresentados de outra forma, isso eu entendo. Por exemplo, como é que o senhor me explica que para um orçamento inicial de quarenta e sete milhões se verifique agora um orçamento inicial de trinta e um milhões? Como é que o senhor, por exemplo, diz que teve uma execução de oitenta e sete vírgula tal por cento, quando de facto as despesas foram de vinte e sete milhões. Comparando vinte e sete milhões com quarenta e sete milhões, isto dá uma percentagem da ordem dos cinquenta e pouco por cento. Como é que é feito este milagre? Se o senhor à dívida que diz que a Câmara tem de doze milhões e meio de euros, somar três milhões vírgula seis do empréstimo e somar mais a dívida às participadas, o senhor tem uma dívida de dezassete milhões de euros e esta é que é a dívida do município. Agora diz que eu não entendo isso, ó senhor Presidente, por amor de Deus, não me diga que eu estou a fazer as contas mal feitas. Depois, os três milhões e seiscentos mil entram para pagar dívida, mas não entram como endividamento. Eu, enfim, não entendo.” -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, reforça “aquilo que disse há pouco. Portanto, o relatório da ROC é claro, refere qual é o valor da dívida do município e não há dúvidas a este respeito. Quanto às questões das percentagens, a lei prevê alterações e revisões do orçamento e porque é que a lei prevê isso? Por uma razão muito simples, porque ao longo do ano a situação financeira do município vai evoluindo e há situações que não se concretizam. Por exemplo, nós somos obrigados a orçamentar receitas, algumas delas que sabemos que não vamos receber e outras com quebras significativas, como aconteceu no ano anterior. Portanto, quem legislou deu a possibilidade de que se possam fazer alterações ao longo do ano. É uma coisa perfeitamente normal, está na lei e naturalmente nós o que fazemos é aplicar a lei, não estamos a inventar nada que não se faça em qualquer outro município. O que nós fazemos é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

adaptar a realidade, quando temos conhecimento de novas situações que não são conhecidas quando se faz o orçamento em Agosto do ano anterior”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, refere que a experiência sobre este assunto lhe demonstrou que todos os presidentes da Câmara que teve a oportunidade de acompanhar aqui em Sines, e verifica-se também ao nível nacional, que há uma tendência de o executivo pretender atingir determinados objetivos. Aquilo que não for considerado no orçamento, se houver condições para fazer em termos financeiros, é difícil depois fazer essas alterações e a tendência é integrar logo no início essas possibilidades. É evidente que nós sabemos que as receitas variam de ano para ano e nem os senhores presidentes, nem os executivos, têm a capacidade de saber, à priori, quais são essas receitas e, portanto, isto é que é a norma. Depois fazem a correção em termos orçamentais, quando já têm efetivamente um bocadinho mais de conhecimento das receitas efetivas que recebem. Esta foi a experiência que eu adquiri aqui, que acompanhei e comparei também com os outros municípios e faz-se assim. São formas de funcionamento”. -----

Não havendo mais nenhuma inscrição para intervir, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor do PS, 3 votos contra da CDU e 3 abstenções do Movimento Sim. -----

Ponto 5: Apreciação do relatório de revisão às demonstrações financeiras do município de Sines de dois mil e vinte. -----

O deputado **Carlos Murta** refere que “relativamente ao ROC, eu só queria dizer o seguinte: Em todos os relatórios que temos analisados, em termos de recomendação é referido que deve haver uma adequada consolidação orçamental, com uma coerente estimativa de receitas, mas o facto é que nesta matéria, não se tem evoluído absolutamente nada e os orçamentos continuam a ser irrealistas. É somente isto que de facto eu gostava de chamar à atenção ao senhor Presidente, porque todos os anos assistimos à mesma coisa, um orçamento irrealista, que começa inicialmente com quase cinquenta milhões e acaba em metade. É isto que acontece, isto não são orçamentos realistas. É esta uma das recomendações, que ao fim ao cabo o ROC diz, está aqui escrito”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde à observação do deputado **Carlos Murta**. -----

“Relativamente a esta observação do deputado **Carlos Murta**, de facto, consta no relatório,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

mas devo dizer que consta no relatório há pelo menos vinte anos, normalmente os ROC fazem esta observação”. -----

Ponto 6: Apreciação e aprovação das normas do programa “Sines Retoma”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para prestar esclarecimentos sobre o ponto em discussão. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, explica que “relativamente a este programa, Sines Retoma, o objetivo é muito idêntico aos dois programas que aprovámos anteriormente para o ano dois mil e vinte. Este programa visa, sobretudo, apoiar as atividades económicas, quer sejam empresários em nome individual, portanto aqueles que têm o regime simplificado, ou contabilidade organizada, mas com um propósito de apoiar a retoma no ano dois mil e vinte e um. Portanto, o que nós fizemos foi exatamente a mesma coisa, definimos novos intervalos, porque estamos a analisar apenas o primeiro trimestre de dois mil e vinte e um. Se os senhores deputados se recordam, nós aprovámos em dois momentos, o Sines Apoia e o Sines Apoia Mais. Num primeiro momento, fizemos a comparação entre os primeiros nove meses do ano, até setembro, com igual período de dois mil e dezanove, e depois, quando chegámos ao final do ano, fizemos o mesmo programa para quem tem contabilidade organizada, para todo o ano. Agora, o que estamos a fazer é pegar apenas no primeiro trimestre, janeiro fevereiro e março e todos poderão candidatar-se a este apoio. É um apoio que não tem os mesmos valores do ano anterior, uma vez que estamos a falar apenas do trimestre, ou seja, terá um apoio entre quatrocentos e cerca de mil euros para as atividades económicas que tiveram uma quebra de receitas de pelo menos vinte por cento. É mais um apoio que nós considerámos como importante, para que não haja um impacto tão negativo como aquele que sabemos que existe nestas atividades que são as mais afetadas devido a esta pandemia”. -----

O deputado **Carlos Murta** refere que “muito naturalmente nós estamos de acordo com este apoio. No entanto, as dificuldades não são só dos comerciantes, das pequenas e médias empresas, etc. Eu via com muito bons olhos também haver um reforço no apoio ao associativismo”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelo senhor deputado. -----

“De facto, este programa é exclusivamente destinado à atividade económica. Relativamente ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

apoio ao associativismo, tivemos oportunidade de na penúltima reunião de Câmara aprovar um reforço ao apoio normal às IPSS. As Instituições particulares de Solidariedade Social vão ter novamente um reforço em relação àquilo que é o apoio normal do ano. Naturalmente quando tivermos a análise também dos apoios ao desporto e às atividades ou às instituições culturais, vamos ter isso em consideração. É natural que todos os clubes apresentem candidaturas e que resultem dessas candidaturas valores muito inferiores àquilo que foram os apoios do ano anterior. Naturalmente que a Câmara irá analisar, numa próxima reunião, e ponderar a forma de poder evitar que haja essa quebra significativa de receitas”. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à votação a proposta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 7: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines de alienação de terrenos da Câmara à APS, Administração do Porto de Sines e do Algarve S.A. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, diz que, “como os senhores deputados sabem, trabalho na APS, na direção de infraestruturas e ordenamento, que tem um pouco a ver com estas matérias, e nesse sentido tenho que fazer aqui a minha declaração de conflito de interesses e, nesse sentido, não vou participar na discussão e na votação da proposta. É uma questão de coerência e, portanto, vou dirigir os trabalhos, mas não me irei pronunciar sobre este assunto. Para os senhores deputados terem conhecimento e para que conste em ata”. -----

O vereador da Câmara Municipal de Sines **Fernando Ramos**, diz que a Câmara Municipal, na reunião extraordinária de 17-12-2019, deliberou aprovar a cedência temporária de parcela de terrenos, que também já previa a venda, que ainda integra o domínio privado do município de Sines, bem como requereu a esta Assembleia a desafetação de uma parcela de terreno que integra o domínio público, para passar a integrar o domínio privado. -----

Depois, o processo teve continuidade e já em 15-12-2020 foi proposto e aprovado por maioria, na Câmara Municipal, que se continuassem as negociações, com vista à aquisição da propriedade plena dos terrenos que referi, por parte da APS, e, conseqüentemente, aprovar as desanexações das mesmas parcelas de terreno. Todavia, mais tarde, e depois de tudo estar encaminhado para os devidos procedimentos junto dos serviços competentes da administração pública, levantaram-se dúvidas, e se em todos os processos essas dúvidas devem ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

completamente esclarecidas, neste, por maior ordem de razões e devido à sua envolvimento, teria que assim ser, e depois, nomeadamente após a celebração do contrato de promessa, houve uma dúvida quanto à possibilidade de fracionamento de um prédio rústico, porque não se cumpria com a unidade mínima de cultura. Portanto, havendo esta dúvida, afigurou-se que este facto podia eventualmente ser impeditivo de autonomizar o prédio e em consequência, outorgar a escritura definitiva que queríamos fazer naquela altura, mas que havia esta questão por resolver, para depois podermos efetivar o devido auto registal. Foi assim que houve outra reunião de Câmara, onde foi levado esse assunto e em dezoito do dois, tivemos a necessidade de revogar a deliberação tomada em dezembro, que referi, e pedir à professora do SLOPS que nos dá apoio em matéria tão importante, que é o parecer que os senhores deputados têm também, que posteriormente se posicionou favoravelmente ao fracionamento, atento o fim a que se destina a alienação, não estando assim obrigado ao cumprimento da unidade mínima de cultura, ou seja, de facto, esta situação foi clarificada e assim não há qualquer tipo de questão que nos mereça preocupação sob o ponto de vista jurídico-legal. Portanto, eis-nos aqui chegados e sanadas estas dúvidas legais que salientei, submetemos à reunião de Câmara, a proposta de alienação dos terrenos à Administração do Porto de Sines e do Algarve, que foi aprovada por maioria, sem qualquer voto contra. Foi muito importante uma reunião que teve lugar no dia 10-12-2020, na Câmara Municipal, em que, de acordo com as regras, foram convocados os senhores deputados das várias forças políticas presentes na Assembleia Municipal e que permitiu compreender muito melhor o processo, por parte de todos nós, onde foi apresentada a expansão da pedreira, com todo o seu histórico e o que é que estava em causa. Portanto, foi muito importante que isso tivesse acontecido, porque a partir daí notou-se, claramente, até pela parte dos senhores deputados, vereadores da oposição inclusive, um maior conhecimento. Portanto, eu penso que estamos em condições de tomar esta decisão que é muito importante para o município. Se a proposta merecer a aprovação desta Assembleia Municipal estaremos em condições de prosseguir o ato seguinte”. -----

O deputado **Renato Penas** refere que “aquando das primeiras discussões, e até da apresentação que já foi mencionada pelo vereador, nós demonstrámos algumas preocupações. Continuamos com algumas preocupações e elas serão meramente de apelo, pelo que solicitamos que a Câmara defenda veemente os interesses do município, de forma a que a APS respeite os protocolos assinados com a Câmara e que seja feita bastante força para que isso aconteça, aquando do fim



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

da exploração e haja lugar ao rejuvenescimento e recuperação dos terrenos”. -----

O deputado **Ricardo Baltazar** diz que “pegando também nas palavras do deputado **Renato Penas**, acho que há uma clara demonstração da vontade do executivo em defender os interesses da nossa localidade, nomeadamente chamo a atenção para o ponto oito, onde é notório esse trabalho, ao se incluir no contrato a realocização do Moinho Monte Chãos, efetivamente com o objetivo de o integrar, de recuperar ou de construir e de criar um centro interpretativo destinado à comunidade escolar. -----

De realçar também que todos os custos dessa obra, dessa realocização, serão suportados pela autoridade portuária. Isto demonstra claramente que a Câmara, além de fazer um excelente negócio com a alienação destes terrenos, ainda por cima está a tentar recuperar património que estava devoluto e que vai ser utilizado com fins muito próprios, nomeadamente para a comunidade escolar”. -----

O vereador da Câmara Municipal de Sines **Fernando Ramos**, responde às intervenções dos senhores deputados. -----

“Tomo com a devida nota a intervenção do deputado **Renato Penas**, congratulo-me até com a mesma, que ainda dá mais força ao executivo e penso que é uma nota que todos os senhores deputados partilham. Seremos agentes pró-ativos a garantir aquilo que é o nosso dever, que é garantir o cumprimento do que hoje estamos aqui a aprovar.”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor do Partido Socialista, 3 abstenções da CDU e 3 abstenções do Movimento Sim. -----

É de registar que no momento da votação o membro da Assembleia Municipal, **Idalino Sabido José**, não participou na mesma. -----

Ponto 8: Apreciação do balanço social de 2020, apresentado pelo executivo da Câmara Municipal de Sines. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, para fazer a apresentação do balanço social. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz que o documento em si é de uma importância extraordinária, que nos permite analisar um conjunto de tendências ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

longo dos anos e gostaria de dar duas ou três notas importantes. Depois, pedia ao vereador **Fernando Ramos** para completar a informação. -----

Comparando aquilo que são alguns indicadores que temos tido ao longo dos anos, nota-se de facto alguns dados curiosos. Que, por exemplo, a percentagem de trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, comparando o ano de 2020 com o ano de 2013 aumentou. Também um dado curioso, a percentagem de trabalhadores que são mulheres, cresceu também de 62% em 2013, para 64% em 2020. Um outro dado curioso, o número de trabalhadores com menos de cinco anos de vínculo, passou de 10% em 2013, para 28% em 2020. Também uma nota para o número de trabalhadores com o décimo segundo ano, que em 2013 era de 23% e agora é de 28%. São estas as notas que gostaria de deixar”. -----

O vereador da Câmara Municipal de Sines **Fernando Ramos**, afirma que “o senhor Presidente referiu estes aspetos que são muito interessantes e nos deixam satisfeitos, mas também houve aqui um aumento do número de trabalhadores. É bom recordar que quando entrámos em funções estávamos num período da Troika e não deixa de ser curioso que há um mandato que apanha pelo menos dois anos da Troika e há outro mandato que leva quase dois anos de pandemia. Em bom rigor, oito anos em que quase cinquenta por cento do mandato é Troika e pandemia, e em termos de recursos humanos isso também se reflete. Na altura, tínhamos que reduzir em dois por cento o número de trabalhadores no município. Claro não despedíamos ninguém, mas íamos tendo aposentações e não podíamos contratar ninguém. Isso levou a que aumentasse o número de contratos de tarefa e de avença, porque não podíamos parar os serviços. Há aqui um constrangimento que é a necessidade urgente de renovar o quadro de pessoal. Também relevar que desde que nós estamos em funções, desde dois mil e treze, nunca mais foi aberto nenhum procedimento concursal que não fosse para tempo indeterminado, vulgarmente designado para um contrato efetivo. -----

O deputado **Carlos Murta** refere que “relativamente ao balanço social há aqui uma matéria que acho que tem bastante interesse, nomeadamente o ponto seis, relativamente à higiene, segurança e saúde no trabalho. Nota-se que continuamos a assistir a um número muito elevado de acidentes, sendo que esse número se traduziu em quatrocentos e quarenta dias de abstenção. Número este, no meu ponto de vista, muito elevado. O executivo deveria traçar como objetivo zero acidentes. Nesta matéria continua-se a fazer muito pouco ou nada, o que revela uma falta de respeito para com a saúde dos seus trabalhadores. Desculpem-me estar a ser um bocado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

provocante, mas esta matéria requer isso mesmo, provocar, provocar, provocar, com o objetivo de obter zero acidentes. Dá a sensação que a segurança dos trabalhadores é deixada ao Deus dará, o que se comprova pelo número de reuniões da comissão de higiene e segurança, que durante o ano 2020 não reuniu uma única vez, assim como com os custos da prevenção do risco, que em 2020 foi de seiscentos e dez euros, valor este insignificante. No mínimo por cada acidente ocorrido, no nosso ponto de vista, a comissão deveria reunir e criar procedimentos, de forma a minimizar a ocorrência de acidentes”. -----

O deputado **Renato Penas** diz que “registam-se realmente contratações para os quadros. Essa parte, como é apanágio da CDU, será sempre registada com agrado, mas também realçamos que ainda existem prestadores de serviços em modalidades de tarefas e prestações de serviço e o nosso apelo é sempre o mesmo: contratar, contratar e contratar logo possível. Penso que, salvo erro, teremos ainda catorze prestadores de serviço. Apelo a que sempre que seja possível enquadrar, mesmo que os concursos fiquem desertos, tentativa de novos concursos e colocação do pessoal no quadro, é sempre o nosso apelo como é hábito”.

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. -----

“Relativamente às questões colocadas pelo deputado **Carlos Murta**. De facto, nós não temos nenhum prazer em que sejam registados tantos acidentes, mas obviamente que a Câmara faz um esforço para que tal não aconteça, com sensibilizações e no ano passado fizemos um contrato com uma técnica superior nessa área de segurança, que apesar de estar muito ocupada com as empreitadas, seguramente vai também dar um contributo importante no futuro. A nossa posição é sempre obviamente melhorar e não tenham dúvidas a esse respeito. -----

Queria dizer o seguinte ao deputado **Renato Penas**: Nós temos catorze prestadores de serviços porque há necessidades que são momentâneas e que não serão permanentes no futuro. Não quer dizer que não venham a ser, mas naturalmente que o nosso objetivo é sempre reforçar os quadros da autarquia com pessoas mais habilitadas, mas ao mesmo tempo pessoas jovens que possam dar garantias que no futuro temos capacidade para dar resposta técnica às exigências que cada vez são maiores”. -----

O vereador da Câmara Municipal de Sines, **Fernando Ramos**, afirma que “o senhor deputado **Carlos Murta** disse que nós éramos negligentes com a saúde dos trabalhadores. Ora saúde é uma coisa, acidentes de trabalho é outra coisa. Saúde: nunca como hoje houve tantas idas ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

CEMETRA, inclusive estagiários ou até pessoas de programas ocupacionais -----
Higiene: Nunca tinha sido efetuada a lavagem dos fardamentos dos trabalhadores, nomeadamente dos trabalhadores RSU e dos esgotos, o que já está a acontecer e já foi comunicado aos trabalhadores. Isto resulta de um acordo com o STAL, com quem temos uma ótima relação e que tem dado um bom contributo para melhorarmos a vida dos trabalhadores. -
Efetivamente não posso dizer que fico satisfeito quando estão identificados os dezasseis acidentes de trabalho, que são menos do que no ano anterior. Todavia, isso aí estamos de acordo com o deputado **Carlos Murta**, temos que tender para o zero, isso é que nos enchia de orgulho. Há um grande trabalho a fazer, sobretudo de prevenção, e temos reconhecido isso e o próprio STAL, representando os trabalhadores, também sabe que não é fácil esta matéria e temos algumas ações pensadas, até em conjunto, para conseguirmos apresentar melhores resultados. Em suma, na questão da higiene e da saúde não tenho quaisquer dúvidas que foram dados passos significativos. Na segurança, temos que melhorar, esperemos que assim seja”. -----

O deputado **Ricardo Baltazar** diz que “tomei a liberdade de agarrar aqui nos números de acidentes apresentados no relatório, também com o número de trabalhadores e com as horas trabalhadas pelos colaboradores da Câmara, e fiz um cálculo de um valor que é normal em questões de acidentes, que é o LTAF. O LTAF que a Câmara apresenta, é zero vírgula oitenta e um e eu não tenho memória de alguma empresa, na região, que tenha estes valores. Portanto, eu na realidade até considero que é baixo, mas o melhor é ser zero, sem dúvida, mas o valor que a Câmara apresenta é relativamente baixo”. -----

Ponto 9: Apreciação da atividade bem como da situação financeira do município de Sines, nos termos da alínea c) nº. 1 artigo 2º e do artigo 19º do regimento da Assembleia Municipal de Sines. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, para dar as explicações sobre o ponto em discussão. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz que “relativamente a este período de dez de fevereiro a quinze de abril, a Câmara continuou as suas ações, de forma a combater a pandemia. Em dezoito de fevereiro deste ano foi aprovado um conjunto de medidas de apoio às famílias, empresas e instituições. Recordo, relativamente à redução das faturas da água, de saneamento e resíduos sólidos aos consumidores não domésticos, social e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

instituições, uma redução de cerca de cinquenta por cento até final do ano; a redução também nas mesmas faturas para os consumidores domésticos em quarenta por cento até final do ano; a redução para os consumidores domésticos, social e cartão social de cinquenta por cento até final do ano; para os consumidores não domésticos uma redução de trinta por cento até final de dois mil e vinte e um; para os consumidores tarifário familiar, cinquenta por cento até final do ano; foram mais uma vez suspensos os processos de execução fiscal, enquanto o país se encontra em estado de emergência; isenção também do pagamento de taxas do mercado municipal para todo o ano dois mil e vinte e um; isenção do pagamento de juros de mora de faturas, enquanto o país se encontrar em estado de emergência; isenção de pagamento das rendas dos edifícios municipais afetos a atividades, restauração, bebidas ou similares durante todo o ano; redução de cinquenta por cento dos pagamentos de taxas anuais relativas à publicidade e ocupação de espaços públicos com suportes publicitários; isenção de pagamentos da concessão de parcelas do domínio público durante o ano dois mil e vinte e um; isenção de pagamento de atividades de animação e apoio familiar e das refeições do pré-escolar e do primeiro ciclo, enquanto o país estiver em estado de emergência; a redução de cinquenta por cento dos pagamentos das rendas cobradas na habitação social em regime de renda apoiada, até final do ano; redução de vinte e cinco por cento dos cânones anuais do direito de superfície nas zonas industriais, obviamente para os beneficiários que tenham atividade empresarial desenvolvida no lote e também continuámos com o reforço de equipamentos de proteção individual, nomeadamente máscaras e álcool gel na distribuição às instituições e ao comércio local. -----

Ao nível dos recursos humanos foram abertos procedimentos concursais, por tempo indeterminado, para cerca de dez vagas. -----

Nas obras públicas estão neste momento em execução cerca de dez empreitadas: a expansão nascente da ZIL, o centro de dia de Porto Covo, o loteamento Sul Nascente, a requalificação da Quinta dos Passarinhos, a remodelação e modernização da escola básica número dois, a requalificação da Marquês de Pombal, a reabilitação da Travessa da Ti Carlota, a repavimentação da estrada da Ribeira dos Moinhos, o observatório do mar que está em execução e a qualificação do Canto Mosqueiro e suporte à visita da Costa do Norte, cujo passadiço está em execução e já se começaram também a fazer as primeiras terraplanagens para execução do estacionamento. -----

Empreitadas adjudicadas e a iniciar brevemente: O lavadouro do parque de merendas, temos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

também adjudicada a requalificação da Praça da República, mas aguardamos que a obra da Marquês de Pombal esteja mais avançada para que se possa iniciar esta. O centro recreativo sineense também foi adjudicado. A primeira fase de intervenção no Jardim das Descobertas, com uma intervenção em toda aquela zona do lago, que está há alguns anos como sabem sem qualquer utilização, ao mesmo tempo que estamos a fazer o projeto para uma segunda fase de requalificação daquele jardim. -----

Relativamente à comunicação e imagem, foram feitas algumas iniciativas e acompanhados alguns eventos relevantes, nomeadamente a Maré de Fado, o apoio à taça da liga de Futsal e outros eventos. -----

Relativamente aos fundos comunitários, conseguimos mais um apoio para uma candidatura que foi desenvolvida no âmbito do equilíbrio de um programa ambiental e temos aqui um financiamento para o parque de merendas, que é, naturalmente, sempre importante.

Relativamente à educação, foram pagos os apoios das bolsas de estudo, este ano a autarquia aprovou um valor superior aos anos anteriores, passou de mil para mil e duzentos euros, para a generalidade dos alunos e seiscentos euros para os alunos da Universidade Aberta. O conjunto destes apoios totalizou quase noventa mil euros. -----

A execução do plano plurianual de investimentos. Para um total de vinte milhões, temos neste momento comprometido cerca de quinze milhões. -----

Quanto às atividades mais relevantes, para um total acima dos dez milhões, temos cerca de quatro milhões e seiscentos. -----

Quanto ao endividamento, temos comparativamente com o mesmo período, portanto, março de dois mil e vinte, um decréscimo de cerca de quatrocentos mil euros no curto prazo e cerca de oitocentos mil no médio e longo prazo, totaliza no endividamento global menos um ponto dois milhões de euros. -----

Quanto ao limite da dívida global, temos margem disponível de cerca de três milhões, ou seja, estamos novamente bem. -----

Quanto ao prazo médio de pagamentos, a março de dois mil e vinte e um, um valor de sessenta e um dias, dos mais baixos que tivemos desde sempre. O equilíbrio orçamental passou a positivo, ou seja, as receitas correntes são maiores do que as despesas correntes -----

Fundos disponíveis também positivos, pagamentos em atraso também vêm decrescendo, ronda os cem mil euros e basicamente é esta a análise que tinha”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O deputado **Carlos Murta** refere que “de facto, o relatório de atividades diz respeito a dois meses, que é um período muito curto, mas o que nós verificamos relativamente às obras municipais é que se veem muitas obras em execução, que não é mau de todo, algumas adjudicadas e muitos projetos em execução, em revisão de projeto, etc, mas há aqui um facto que nós notamos, que é, em termos de obras concluídas é coisa que se vê muito pouco ou nada. Quanto aos indicadores económicos, financeiros, verificamos que as despesas com o pessoal, assim como as remunerações certas e permanentes sobre as despesas totais, e isto comparando com o período do ano anterior, mais que duplicaram. Eu gostaria de ver uma explicação sobre este facto, mas penso que isto não será nada positivo. Isto é uma análise que eu faço, enfim, com a sua subjetividade, como é lógico”. -----

O deputado **José Raposo** diz “que a sua intervenção é sobre assuntos que já tem falado, nomeadamente os esgotos municipais que saem junto ao forte do Revelim, ali na zona Norte e depois nas Amarelas. Eu penso, segundo aqui consta desta publicação, com este serviço de manutenção destas bombas que isto possa ser evitado. Infelizmente todos os meses acontecem descargas, tanto nas Amarelas, como junto ao Forte. Estes são os esgotos domésticos. -----

A Ecoslops continua a lançar água junto ao cabo de Sines. Portanto, esta situação continua. --- Depois, dentro do âmbito de acessibilidades e passadiços, gostava de mais uma vez alertar o executivo para a praia do Guia, junto à praia da Costa do Norte. É uma praia que tem bastantes clientes frequentes, desde natações, até já há surf, e continuamos sem um acesso condigno, não é, não tem uma rampa, não tem uma escada, é a única praia que temos nesta situação. Eu penso que não é nenhuma obra do outro mundo e como as pessoas vão pela falésia da praia, qualquer dia a falésia está na estrada”. -----

O deputado **António Roberto** refere que “despertou-me a atenção um contrato de prestação de serviços em regime de avença, para um período de doze meses, para um técnico superior para unidades de gestão e comunicação estratégica. Não compreendo o porquê doze meses, porque não fazer um concurso também, parece-me que é um quadro que de facto faz falta, digamos não só hoje e amanhã, faz falta por mais tempo. Portanto é mais um esclarecimento nesse sentido”.

O deputado **Renato Penas** diz que “na parte dos apoios e parte económica, retirou só um exemplo, mas provavelmente existirão outros iguais, que é a isenção de juros nas faturas, enquanto o estado de emergência vigorar. Uma vez que o estado de emergência vai terminar à meia-noite, se estes apoios serão revistos, de forma a haver a possibilidade desses apoios mesmo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

para além do estado de emergência.”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. -----

“As questões colocadas pelo deputado **Carlos Murta**. O relatório de atividades diz respeito a um período muito curto, muitas obras em execução, mas poucas obras concluídas. Estamos a falar, como referiu e bem, a um período muito curto, dois meses, numa situação que o país vive que é atípica, ou seja, comparar isto com outra coisa qualquer ou com outro ano qualquer é impensável. Vivemos numa pandemia, tivemos praticamente as pessoas a trabalhar em casa, sem receitas, com muitas isenções. Tudo aquilo que se possa dizer relativamente a esta análise é puramente estar a especular, uma vez que não existe qualquer número que seja real, que corresponda àquilo que é a atividade regular do município. -----

Os indicadores é uma explicação muito simples, tem a ver com as promoções que os funcionários tiveram, e também com contratações, ou seja, neste período foi necessário fazer face a um conjunto de despesas, devido às necessidades que a Câmara sentiu, nomeadamente com o volume de obras que estão a decorrer no município, cerca de uma dezena. -----

Relativamente às questões que tem a ver com a conclusão das mesmas, isso não é de facto a nossa prioridade ou a nossa preocupação. Elas seguem, aliás grande parte das obras estão a cumprir com aquilo que é o cronograma previsto, com exceção da Marquês de Pombal. -----

Relativamente ao deputado **José Raposo**, descargas nas Amarelas. As descargas nas Amarelas, como eu já referi aqui por diversas vezes, era uma prática constante no passado. Quando o executivo anterior realizou aquela ligação das várias estações elevatórias, deixaram de existir essas descargas. No entanto, sempre que há uma avaria, sempre que há uma situação mais complexa, é natural que durante aquele período possa ocorrer alguma descarga para o mar, mas de imediato nós tentamos resolver o problema. -----

A Ecoslops. Eu não sei a que descargas se está a referir. Há naturalmente a descarga que é feita por parte da Ecoslops, que tem a ver com as águas que saem, depois de limpas, para aquela zona do cabo de Sines, mas naturalmente estamos em constante alerta, no sentido de verificar esse tipo de situações. O mais importante, aliás que é uma prática que eu acho que devia ser comum, não apenas dos senhores deputados, mas da população em geral, é quando existem situações dessas metam no Facebook da Câmara ou enviem uma mensagem para o geral da Câmara. Isso sim é uma forma correta de atuar, para mais sendo eleitos, têm naturalmente, do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

meu ponto de vista, essa obrigação. -----

Relativamente à praia do Guia, é verdade. Eu penso que em tempos ainda existiu lá uma escadinha em madeira, qualquer coisa provisória, mas que o mar levou. É nossa intenção, ainda antes do início da época balnear, conseguir fazer esse acesso, aliás tal como fizemos durante a época balnear do ano anterior com a vigilância daquela praia e que surtiu efeito. -----

O deputado **António Roberto**, contratação para a comunicação. Sim de facto, foi feita essa contratação, mas o concurso também já foi aberto, ou seja, fizemos a contratação, deu-nos tempo e o concurso está a decorrer para que essa vaga possa ser ocupada de forma permanente.

O deputado **Renato Penas**, os apoios. É exatamente assim, portanto à meia-noite acabam as isenções dos juros, ou seja, não acabam as isenções e as reduções das taxas que nós definimos até final do ano. Portanto, essas vão continuar, o juro decorre de uma situação normal. Portanto, se as pessoas já têm o benefício da redução no pagamento da água, dos esgotos, portanto não faz sentido que agora que já não existe estado de emergência, ou seja, onde as pessoas podem circular e podem ir à Câmara, que se continue a dar esse benefício dos juros. Os juros são para terminar essa isenção e vamos voltar, como disse há pouco e bem, temos que voltar à normalidade, temos que voltar a ter atividade cultural e a Câmara tem que voltar a ter receitas normais, para conseguir fazer toda essa atividade e dar aqui mais alguma animação à cidade e ao concelho, de forma a incrementar essa atividade económica que para nós é absolutamente fundamental”. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à consideração da Assembleia se as deliberações desta podiam ser aprovadas em minuta, facto que foi votado e aprovado por unanimidade. -----

Procedeu-se então à leitura da ata em minuta, a qual foi votada e aprovada por unanimidade. - Nada mais havendo a tratar foi dada por terminada a Assembleia Ordinária de trinta de abril de dois mil e vinte e um, às vinte e três horas e quarenta e sete minutos, da qual se elaborou a presente ata. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sines, 30 de abril de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines

Idalino Sabido José

1ª Secretária

Paula Luísa Macedo da Silva Augusto Pereira

2º Secretário

Artur Licínio de Oliveira Martins

Artur Licínio de Oliveira Martins